

25/11/97

SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 19.12.97
EMENTÁRIO 1896-02

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 75.225-0 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

PACIENTE: SOHAN JORGE DAHER

IMPETRANTE: MARCO ANTONIO FARES

COATOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA: Auto-defesa: direito do acusado preso a estar presente às audiências realizadas na sede do juízo, cujo desrespeito, entretanto, é nulidade relativa, que se reputa sanada à falta de alegação oportuna: ainda quando, cuidando-se de defensor dativo, ao seu poder de renúncia tácita à arguição de nulidades se possam fazer reservas, para declará-la é imprescindível que haja indícios de prejuízo à defesa.

01896020
03490750
02251000
00000150

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de **habeas-corpus**.

Brasília, 25 de novembro de 1997.

MOREIRA ALVES

PRESIDENTE

SEPÚLVEDA PERTENCE

RELATOR



HABEAS CORPUS N. 75.225-0 SÃO PAULO

PACIENTE: SOHAN JORGE DAHER

IMPETRANTE: MARCO ANTONIO FARES

COATOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

01896020
03490750
02252000
00000290

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): A impetração alega nulidade do processo porque, embora presa a paciente defendida por defensor dativo, não foi conduzida às audiências de inquirição de testemunhas.

Opina a Procuradoria-Geral da República pelo indeferimento da ordem.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'S' followed by a vertical stroke and a small hook at the bottom.

HABEAS CORPUS N. 75.225-0 SÃO PAULO

V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): O parecer do Subprocurador-Geral da República Edson Almeida expõe e analisa com precisão o caso (f. 171/174):

"1. A impetração busca anular a sentença proferida no Processo 718/93, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Dracena (SP), questionando a atuação da defesa dativa e a falta de requisição da paciente para as audiências instrutórias. Aduz que a paciente encontrava-se cumprindo pena no regime semi-aberto quando, em razão da superveniente condenação, em processo manifestamente nulo, teve revogado o benefício, passando a cumprir a pena no regime fechado.

2. A sentença proferida no Processo 718/93 da 2ª Vara da Comarca de Dracena (SP), condenou a paciente a dois anos de reclusão, mais multa, por infração ao art. 342, § 1º, do Código Penal.

3. É esta a narrativa da denúncia (fls. 2/3):

"Consta do incluso inquérito policial que, no dia 18 de março de 1993, por volta de 14:15 horas, na sala de audiências da 2ª Vara Judicial do Fórum desta cidade e Comarca, SOHAN JORGE DAHER, qualificada a fls. 54, com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo judicial, fez falsa afirmação e negou a verdade quando prestou depoimento como testemunha no processo crime, feito nº 722/91, que a Justiça Pública movia a Breno Cesar Peccioli Bodini, o qual era acusado de receptação de um veículo Volkswagen, Parati, cor verde, placa SO-4689, que era objeto de furto.

Conforme restou apurado na dita ação penal, a denunciada e o réu Breno Cesar foram vistos no interior do



01896020
03490750
02253000
01540380

citado veículo, defronte ao Supermercado 'Pag-Poko', desta cidade. Naquela oportunidade, Breno Cesar dirigia o carro e a indiciada, que é portadora de deficiência física, acompanhava. Quando os dois estavam no interior do supermercado, a polícia chegou ao local e apreendeu o veículo. Em Juízo, quando de seu depoimento como testemunha arrolada pela acusação, a denunciada SOHAN mentiu, contrariando sua versão dos fatos dada na Delegacia de Polícia, bem como toda a prova produzida em Pretório. Ela disse que Breno Cesar 'não estava conduzindo a Parati no dia do fato'. Disse ainda que o carro era ocupado por um casal desconhecido que lhe havia dado carona até o Supermercado e, por fim, afirmou que incriminou Breno Cesar na Delegacia 'porque havia tido uma discussão com o acusado por outros motivos'."

4. Ao que parece, a paciente, após ser interrogada, foi removida para a Penitenciária Feminina do Butantã, na Capital do Estado, e embora requisitada, deixou de ser apresentada para a audiência de inquirição de testemunhas da acusação realizada no juízo da causa em 17.10.94, ocasião em que foram ouvidas testemunhas de acusação (fls. 147/150). Segundo informação da Diretora da Penitenciária a requisição da paciente não foi cumprida "tendo em vista a divisão de capturas não ter retirado a referida para apresentação, aguardamos a designação de nova data" (fls. 167). Esteve presente o advogado da paciente. Pelos mesmos motivos (fls. 244), a paciente deixou de ser apresentada para a audiência de 14.06.95 em que ouvida a testemunha da defesa Maria José Soares Barros Pedro (fls. 232 e 232vº).

5. Foram ouvidas por precatórias, de cuja expedição foram devidamente intimadas as partes: a testemunha da acusação Breno Peccioli Bodini, em Junqueirópolis (fls. 157); a testemunha da defesa Lucien Roberto Custódio, em Porto Velho/Rondônia (fls. 217); a testemunha da defesa Maria José Mendes Pereira, em São Paulo/Capital (fls. 207). Todos esses depoimentos foram assistidos por defensor *ad hoc*. A precatória expedida à Comarca de Bauru, para oitiva de testemunha da defesa, não chegou a ser cumprida por não ter sido encontrada a testemunha, tendo a defesa tacitamente desistido desse depoimento (fls. 209).



6. Os depoimentos colhidos fora da comarca não chegaram a influir no juízo condenatório. Breno Peccioli Bodini, evidentemente, negou tudo. As demais testemunhas, meramente abonatórias, nada esclareceram sobre o fato delituoso. Além disso, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal "é prescindível a requisição do réu preso para acompanhar inquirição de testemunha em juízo deprecado, bastando que o defensor tenha sido intimado da expedição da carta precatória (HC 75.030-SP, rel. Min. Moreira Alves).

7. Quanto ao não atendimento da requisição para a inquirição das testemunhas da acusação, no juízo da causa, cabe salientar que "a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem como relativa a nulidade por falta de requisição do réu preso, para se fazer presente à audiência de instrução, sanável se não argüida oportunamente" (HC 73.481-SP, rel. Min. Ilmar Galvão). É certo que a audiência dessas testemunhas da acusação reduziu-se à mera ratificação, pelos depoentes, das declarações prestadas no inquérito, prática viciosa, vergastada pela doutrina (Ada Pellegrini Grinover *et alii*. As Nulidades no Processo Penal. 5ª ed. São Paulo, Malheiros, 1966, p. 142; Júlio Fabbrini Mirabete, Código de Processo Penal Interpretado. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 1966, p. 257, nota 203.2). Entretanto, trata-se de nulidade relativa (HC 69.539-RJ, rel. Min. Sepúlveda Pertence, RTJ 144(1):279, abr. 1993). Portanto, também essa irregularidade ficou sanada pela falta de argüição oportuna.

Tais as circunstâncias, não se pode ter como inválida a prova apurada na audiência de 17.10.94.

8. Além disso, essa prova serviu apenas para corroborar as próprias declarações da paciente que, no interrogatório, admitiu ter mentido ao depor no processo contra Breno, embora alegando que ele estava ameaçando a ela e as suas filhas. Entretanto, as instâncias ordinárias, entendendo não terem ficado provadas as tais ameaças, afastaram a hipótese de coação irresistível.



9. Finalmente, as críticas à atuação do advogado dativo não autorizam o reconhecimento de nulidade. Com efeito, além de não ser exigido que o advogado dativo compareça às audiências nos juízos deprecados, a prova então colhida, como já salientado, em nada influenciou na formação da convicção das instâncias ordinárias, o que basta para afastar o prejuízo, abrindo ensejo à Súmula 523.

10. Isso posto, opino pelo indeferimento da ordem".

O parecer está em perfeita harmonia com a jurisprudência do Tribunal.

Sou rigoroso sobre a extensão do poder de renúncia do defensor dativo: para reputá-la nula é imprescindível que surjam indícios de prejuízo, que o caso não referiu.

Indefiro a ordem: é o meu voto.

EBS/



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS N. 75.225-0

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

PACTE. : SOHAN JORGE DAHER

IMPTE. : MARCO ANTONIO FARES

COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**.
Unânime. 1ª. Turma, 25.11.97.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti e Sepúlveda Pertence. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

Ricardo Dias Duarte
Secretário

01896020
03490750
02254000
00000460